

Trinta anos de retrocesso

Prof. J. William Grava

14 de junho de 2004

Dias atrás o BNDES anunciou sua nova política de atuação, através do Planejamento Estratégico para o período 2004/2007, ainda a ser aprovado pelo conselho de administração. Com um orçamento de R\$60,8 bilhões para 2005, superior ao do Bird (Banco Mundial) e o do BID, a intenção é declarada: resgatar o papel que o BNDES desempenhava nos anos setenta, como agente central de um processo de crescimento planejado.

A semelhança é tentadora pois trata-se, na verdade, do período do milagre econômico, em que o Brasil ostentava um crescimento médio de 7%aa.

Dentro dessa nova política, caberia ao planejamento central escolher as áreas em que o país deveria desenvolver-se, dirigindo planos específicos de financiamento para essas atividades, com um foco declarado no empresariado nacional, em desvantagem frente aos empreendedores estrangeiros em função do pequeno acesso que nossas empresas ainda têm ao mercado de capitais. Para desempenhar essas funções, o porta-voz do banco (Vice-Presidente Darc Luz Costa) indica que 585 técnicos estariam envolvidos diretamente, uma equipe de porte respeitável.

Embora hoje o banco não pratique esse planejamento, já tem incrustados em sua atual direção esses valores, que somente não são mais exercitados porque seus administradores encontram limites junto aos ministros Antonio Palocci e Luiz Fernando Furlan, mas já se refletiram nas infrutíferas tentativas de cobrar juros diferenciados para investidores estrangeiros ou de participar ativamente da venda da Embratel, recomprando parte das ações vendidas no passado.

Mas, afinal, se essa política era tão boa, por que foi abandonada? Talvez não por vontade própria, mas por imposição dos fatos, que já estiveram mais claros para nós mas com a distância crescente estamos começando a esquecer. Em primeiro lugar, o plano parte da suposição de que um analista do Governo sabe melhor que o mercado em que atividades podemos ser mais competitivos. Naturalmente, para que isso ao menos pareça funcionar precisamos que o setor sob foco do investimento disponha de alguma proteção, que era muito forte na década de setenta. Esse filme nós já vimos, construindo setores inteiros que não estavam preparados para a competição.

Em segundo lugar, falta dinheiro simplesmente. Foi isso que aconteceu ao final dos anos setenta, dando início a um calvário de que até hoje não nos recuperamos. Para menos de dez anos de crescimento estupendo, já temos quase vinte e cinco de frustração e instabilidade. Nós e os outros países que dependeram do mesmo modelo. Mesmo para o enorme orçamento de 2005, por enquanto apenas nos planos do BNDES, vale lembrar que o atual superávit tem um componente importante de não-execução orçamentária, ou seja: o Governo coloca no papel mas depois não desembolsa. Isso, naturalmente, junto com o aumento da carga tributária.

Em terceiro lugar, não há como esquecer a possibilidade, sempre presente, de favorecimento. Já temos vivido um número suficiente de escândalos com dinheiro público e provavelmente não precisamos de mais outros.

Um quarto e bom motivo para não dirigir programas de auxílio específico a setores escolhidos pelo Governo é que isso vai frontalmente contra o esforço recente de expansão para mercados internacionais, em particular junto à União Européia e os Estados Unidos. Temos justamente colhido vitórias importantes em brigas como a do aço e do suco de laranja, questionando políticas de auxílio explícito do outro lado do muro. Um planejamento definindo em que setores o Governo, através do BNDES, fomentará setores específicos, diferenciando investidores nacionais de estrangeiros é munição pesada nas mãos do inimigo.

O plano do BNDES traz consigo uma ironia: depois de tantos anos de luta pela democracia um setor do governo trabalhista procura justamente repetir o modelo econômico do regime militar. Esta ironia se junta a outra, mais antiga: o governo militar, profundamente anti-comunista, possuía um plano de desenvolvimento muito mais soviético do que americano, buscando o desenvolvimento através da proteção, da escolha de quais empresários beneficiar e do pesado investimento estatal, com direito a monopólio legal em setores considerados estratégicos.

Naturalmente haverá aqueles que ficarão empolgados, pois planos assim sempre definem perdedores e vencedores. Crédito barato, sem a disciplina do mercado de capitais e com distinção para o empresário local. Isto é música, pelo menos para os ouvidos de quem estiver em uma das áreas escolhidas.

E os demais? Bem, os outros não importam...

Resta agora esperar que, a exemplo de iniciativas anteriores, também esta seja ao menos atenuada pelo bom senso e comedimento que o Governo tem mostrado nas decisões econômicas.